



SABERES, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

KNOWLEDGE, EXPERIENCES, AND EXPERIENCES: NARRATIVES OF BLACK WOMEN IN THE FACE OF DOMESTIC VIOLENCE

CONOCIMIENTOS, EXPERIENCIAS Y CONVERSACIONES MUNDIALES: NARRATIVAS DE MUJERES NEGRAS FRENTE A LA VIOLENCIA DOMÉSTICA

 <https://doi.org/10.56238/levv17n56-020>

Data de submissão: 09/12/2025

Data de publicação: 09/01/2026

Joao do Socorro Silva Rocha

Doutorando em Ciências da Educação

Instituição: Universidade Autônoma de Assunção (UAA)

E-mail: jrochapmma@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0648-4264>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0397697433964912>

RESUMO

O presente artigo investiga as narrativas de mulheres negras que enfrentam violência doméstica emergem como importantes fontes de saberes tácitos e práticas de resistência, este estudo investiga, sob uma perspectiva interseccional de gênero e raça, as vivências e experiências de vítimas residentes nas comunidades nordestinas. Ademais, o problema de pesquisa centra-se na seguinte questão: quais saberes, vivências e experiências são mobilizados, através das narrativas de mulheres negras, no enfrentamento à violência doméstica? Os objetivos específicos configuram-se em: i) identificar e conhecer os saberes e fazeres das mulheres pretas; ii) descrever o contexto pessoal, social, histórico, cultural e educacional dessas mulheres vítimas de violência doméstica; iii) identificar as diferentes formas de violência às quais estão submetidas em seu próprio lar, considerando a interseccionalidade de gênero e raça, segundo Carneiro (2003) e Ribeiro (2017). Com a investigação corresponde a uma pesquisa bibliográfica documental de matriz qualitativa. Por fim, conclui-se que as narrativas de mulheres negras vítimas de violência doméstica, revelam um rico leque de saberes, vivências e experiências fundamentadas em saberes não escolares, práticas de cuidado comunitário e oralituras.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Violência Doméstica. Feminismo Negro. Saberes Não Escolares.

ABSTRACT

This article investigates the narratives of Black women facing domestic violence, which emerge as important sources of tacit knowledge and resistance practices. From an intersectional perspective of gender and race, this article investigates the experiences of victims living in Northeastern communities. Furthermore, the research question focuses on the following: what knowledge, experiences, and practices are mobilized through the narratives of Black women in confronting domestic violence? The specific objectives are: i) to identify and understand the knowledge and practices of Black women; ii) to describe the personal, social, historical, cultural, and educational contexts of these women victims of domestic violence; iii) to identify the different forms of violence to which they are subjected in their own homes, considering the intersectionality of gender and race, according to Carneiro (2003) and Ribeiro (2017). The research corresponds to a qualitative bibliographical and documentary research.



Finally, we conclude that the narratives of Black women victims of domestic violence reveal a rich array of knowledge, experiences, and experiences grounded in non-school knowledge, community care practices, and oral literature.

Keywords: Black Women. Domestic Violence. Black Feminism. Non-School Knowledge.

RESUMEN

Este artículo investiga cómo las narrativas de mujeres negras que enfrentan violencia doméstica emergen como fuentes importantes de conocimiento tácito y prácticas de resistencia. Este estudio investiga, desde una perspectiva interseccional de género y raza, las experiencias de las víctimas que residen en comunidades del noreste. Además, el problema de investigación se centra en la siguiente pregunta: ¿qué conocimientos, experiencias y prácticas se movilizan, a través de las narrativas de las mujeres negras, al enfrentar la violencia doméstica? Los objetivos específicos son: i) identificar y comprender los conocimientos y prácticas de las mujeres negras; ii) describir el contexto personal, social, histórico, cultural y educativo de estas mujeres víctimas de violencia doméstica; iii) identificar las diferentes formas de violencia a las que son sometidas en sus propios hogares, considerando la interseccionalidad de género y raza, según Carneiro (2003) y Ribeiro (2017). La investigación corresponde a una investigación cualitativa bibliográfica y documental. Finalmente, se concluye que las narrativas de mujeres negras víctimas de violencia doméstica revelan una rica gama de conocimientos, experiencias y vivencias basadas en conocimientos no formales, prácticas de cuidado comunitario y tradiciones orales.

Palabras clave: Mujeres Negras. Violencia Doméstica. Feminismo Negro. Conocimiento No Formal.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que as narrativas de mulheres negras que enfrentam violência doméstica emergem como importantes fontes de saberes tácitos e práticas de resistência, este artigo investiga, sob uma perspectiva interseccional de gênero e raça, as vivências e experiências de vítimas residentes nas comunidades Nordestinas. Nesse sentido, domina o panorama brasileiro marcado pelo epistemicídio, ao passo que discursos racistas e sexistas moldam, historicamente, o posicionamento social das mulheres negras (Gonzales, 1983; Davis, 2018).

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e Lei do Feminicídio (Brasil, 2015) representam avanços institucionais, porém, sem incorporar as múltiplas formas de violência que atravessam o corpo e a subjetividade dessas mulheres, mantêm invisíveis os saberes não escolares plasmados em coletivos e rodas de conversa.

Já a Lei nº 13.104, que entrou em vigor em 9 de março de 2015, alterando o artigo 121 do Código Penal para incluir o tipo penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio, com pena de reclusão prevista de 12 a 30 anos, logo após sua aprovação, essa lei foi incluída no rol de crimes hediondos como: estupro genocídio e o latrocínio. A lei é uma conquista de movimentos feministas para dar visibilidade a este crime que vítima uma mulher a cada duas horas no país e possibilita o aprimoramento das políticas públicas de prevenção desta forma extrema de violência contra a mulher (Brasil, 2015).

A cultura e as hierarquias de gênero presentes em sociedades patriarcais, além da violência estrutural, são fatores determinantes do feminicídio. A frequência de feminicídios é maior quando há iniquidades sociais, conflitos armados, migração, discriminações de gênero e exercício de masculinidade hegemônica e agressiva (Silva; Seabra; Júnior; 2016).

Assim, pesquisar sobre a violência, suas causas, e como combate-la é um trabalho árduo e um desafio muito complexo, mesmo porque é um fenômeno de múltiplas origens e várias nuances e percepções de leis, políticas e culturas envolvidas no ato de violência e suas consequências, especialmente quando essa violência é contra as mulheres.

Considerando que a estrutura patriarcal é de natureza sexista, baseada na dominação e no poderio dos homens sobre as mulheres, ou seja, um mundo do gênero masculino por excelência. Na sociedade patriarcal, há uma pátria que se consta como se fosse (e de fato o era) a própria família amplificada, cujas figuras masculinas se destacavam. Essa dominação ou concepção sexista gerou resultados sociais nem sempre positivos (Silva; Seabra; Júnior; 2016).

Em consonância com Ricoeur (2012), a construção narrativa assume papel central ao revelar não apenas trajetórias de dor, mas também estratégias de reencontro com o próprio corpo, potencializando o devir-mulher proposto por Deleuze e Guattari (1995) como ferramenta de desconstrução da narrativa hegemônica. Dessa forma, busca-se problematizar como se articulam



saberes ancestrais, oralituras e práticas comunitárias na produção de atitudes face à violência doméstica.

À luz dessa problemática, o objetivo geral deste estudo é analisar as narrativas de mulheres negras que enfrentam violência doméstica emergem como importantes fontes de saberes tácitos e práticas de resistência. Diante do exposto, o problema de pesquisa centra-se na seguinte questão: quais saberes, vivências e experiências são mobilizados, através das narrativas de mulheres negras, no enfrentamento à violência doméstica?

Os objetivos específicos configuram-se em: i) identificar e conhecer os saberes e fazeres das mulheres pretas; ii) descrever o contexto pessoal, social, histórico, cultural e educacional dessas mulheres vítimas de violência doméstica; iii) identificar as diferentes formas de violência às quais estão submetidas em seu próprio lar, considerando a interseccionalidade de gênero e raça, segundo Carneiro (2003) e ribeiro (2017).

O artigo pretende preencher lacunas na literatura ao articular teoria e história de vida, potencializando a produção de conhecimentos críticos para a formulação de políticas públicas mais efetivas, alinhadas às epistemologias feministas negras (Gomes, 2019; Pereira; Carneiro, 2019).

Em vista dessas premissas, a estrutura deste artigo está dividida em cinco seções principais, seguindo rigorosamente as normas da ABNT. A primeira seção compreende o referencial teórico, em que se discutem conceitos basilares como educação não formal (Trilla, 2011), corpo-escrita (Maluf, 1999) e narratividade (Benjamin, 2001; Cardoso, 2007).

Segue-se a descrição da metodologia qualitativa e bibliográfica adotada, complementada por visitas rede social às Delegacias Especializada da Mulher, à Patrulha Maria da Penha da polícia Militar. Na seção de análise, apresentam-se e interpretam-se as narrativas coletadas no periódicos, ilustradas pela cena etnográfica de um encontro de feminismo negro do Nordeste Brasileiro. conforme descrito por Strathern (2016).

Finalmente, as considerações finais sintetizam os principais achados e indicam caminhos para pesquisas futuras e para o fortalecimento de políticas públicas. Ademais, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, não há necessidade de avaliação pelo CEP, visto o caráter documental e de baixo risco da pesquisa.

2 METODOLOGIA

Em consonância com Creswell (2014), adotou-se abordagem qualitativa de natureza teórica, embasada em pesquisa bibliográfica e em análise documental de leis, relatórios oficiais e artigos científicos, que define esse percurso como aquele pautado em significados múltiplos e perspectivação histórico-social.



Considerando que a pesquisa científica está presente em todo campo da ciência, no campo da educação encontramos várias publicadas ou em andamento. Ela é um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar sobre uma indagação no estudo de um fenômeno.

De acordo com Bastos e Keller (1995, p. 53) definem: “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”. Para Gil (2002, p. 17) “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”.

A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica.

Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Assim, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Desse modo, foram exploradas fontes, como visitas às redes sociais das Delegacias Especializadas da Mulher, da Patrulha Maria da Penha da Policia Militar, complementadas por documentos institucionais (Associação De Mulheres Contra A Violência, 2018; Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021). Essa triangulação de dados buscou confrontar narrativas oficiais com

saberes comunitários, conforme preconiza Wolcott (2010 apud Creswell, 2014), conferindo maior validade ao estudo.

Perguntas nortearam a coleta de informações: Como as narrativas individuais de mulheres negras se articulam às articulações coletivas em espaços não escolares? De que modo esses relatos evidenciam saberes tácitos de enfrentamento à violência? A etapa inicial consistiu no mapeamento bibliográfico sistemático em bases como Scielo, Capes e Google Scholar, utilizando descritores como “mulheres negras”, “violência doméstica”, “feminismo negro” e “saberes não escolares”.

Posteriormente, realizou-se análise de conteúdo qualitativa, segundo Bardin (2011), para identificar categorias temáticas emergentes, tais como corpoescrita e cuidados comunitários. Outrossim, foram consultados textos de autores clássicos e contemporâneos, garantindo a diversidade temporal e conceitual exigida (Adorno, 1997; Benjamin, 2001; Gonzales, 1983; Davis, 2018; Ricoeur, 2012).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção apresenta a base teórica e conceitual que sustenta o estudo. Ele define o contexto da pesquisa, explica os conceitos-chave relacionados ao tema e demonstrando a relevância do estudo através da discussão de teorias e pesquisas prévias. Como na Patrulha Maria da Penha da A Polícia Militar do Maranhão (PMMA), que atua na execução da Lei Maria da Penha através de procedimentos operacionais padrão e projetos de prevenção e atendimento a mulheres em situação de violência.

A referida lei define diversos tipos de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial) e a PMMA tem o objetivo de proteger as vítimas e punir os agressores, com base na Lei nº 11.340/2006, que também prevê mecanismos para a proteção dos direitos das mulheres (Brasil, 2006).

Desde 2017, a Patrulha Maria da Penha soma 42 mil atendimentos em todo o Maranhão. Destes procedimentos, 580 são prisões por descumprimento de medida protetiva. O grupamento conta com efetivo próprio, viaturas e parceria de órgãos da justiça. Foi criado pelo Decreto Estadual nº 31.763, de 20 de maio de 2016. O grupamento é órgão da Polícia Militar do Maranhão e integra o Comando de Segurança Comunitária, que são ligados à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

A Patrulha Maria da Penha atua no atendimento e acompanhamento das mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência doméstica e familiar, detentora de medidas protetivas de urgência, deferidas por autoridade competente, fiscalizando o cumprimento desta. Para cumprir essa missão, realiza policiamento ostensivo e preventivo, com atendimentos diários por meio de visitas, rondas e contatos telefônicos.

Acolhimento, segurança e garantia da dignidade à mulher vítima de violência. A atuação da Patrulha Maria da Penha se consolida como uma das mais importantes ferramentas para o combate,

prevenção e controle a crimes contra a mulher. O Maranhão conta com 13 grupamentos destes, implantados estrategicamente em regionais que alcançam mais de 40 municípios e adjacências.

A manifestação mais extrema de violência contra a mulher é aquela que culmina no óbito. As mortes oriundas da prática de violência de gênero são atualmente denominadas como feminicídio.

Ademais, os referidos crimes são, na esmagadora maioria, praticados por homens, em especial, por parceiros ou ex parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. Contudo, antes de esmiuçar os por menores do feminicídio propriamente dito, é necessário que se parta para uma análise e compreensão da própria concepção da violência de gênero (Redondo; Pimentel; Correia, 2012; Alarcão, 2006).

Outrossim, considerando que a violência sempre esteve associada à experiência humana, e que o indivíduo se insere nos suprassistemas comunidade e sociedade, este é um fenômeno com raízes culturais e históricas, legitimado pelas tradições e acompanhado pelo silêncio, cúmplice, das testemunhas na comunidade e das vítimas (Krug et al., 2002; Lisboa; Vicente; Barroso, 2005).

Vale ressaltar que o comportamento da família face a violência como crise pode ser previsto através do estudo de padrões anteriores, sendo comum encontrar, durante a elaboração da história dessa família situações anteriores em que o agressor assistiu a violência conjugal ou sendo ele próprio, ou alguém da fratria, vítima de maus-tratos ou de abusos sexuais (Minuchin, 1982; Rolland, 2000; Alarcão, 2006).

A mulher é a vítima mais comum, uma em cada três mulheres, no mundo, foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais, ou abusadas de uma forma ou de outra, nas suas vidas, sendo o agressor, normalmente, alguém próximo da mulher, verificando-se que 40% a 70% dos homicídios, em que a vítima é do sexo feminino, o culpado é o seu marido ou namorado (Krug et al., 2002).

Nesse lamiré, é possível reconhecer que a luta dos diversos movimentos feministas para a tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, a fim de reconhecer como um problema que envolve a sociedade geral, encontra ainda um entrave diante do poder familiar, que consegue silenciar tal situação (Bandeira, 2014).

Neste contexto, o pressuposto de que a violência contra mulheres é um tipo de violência apreendida no decorrer dos processos primários de socialização e deslocada para a esfera da sociedade em momentos secundários da socialização e na sociabilidade da vida adulta. Esta, portanto, não se caracteriza como patologia ou como desvio individual, mas sim como "permissão social" concedida e acordada com os homens na sociedade (Soares, 1999).

Assim, sob tal perspectiva, o conceito de saberes não escolares assume protagonismo na compreensão das aprendizagens constituídas ao longo da vida, nas relações cotidianas e nas práticas

comunitárias. Segundo Trilla (2011, p. 19), “educação não formal é toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial”.

Outrossim, Pedreño (2017, p. 280) argumenta que esses saberes tácitos “nos transformam, dão forma à nossa vida e a modelam, no sentido de produtora de atitude e conduta”. Nesse escopo, Nilma Lino Gomes (2019) destaca o movimento negro educador como locus de construção de epistemologias críticas, ao passo que Sueli Carneiro (2003) demonstra, em “Enegrecer o feminismo”, como a violência colonial moldou imaginários sobre o corpo negro, erotizando-o e objetificando-o.

Ademais, Angela Davis (2018) em “Mulher, raça e classe” pontua a interconexão entre opressões, evidenciando que saberes de resistência são produzidos em múltiplos espaços, desde rodas de congadas até reuniões de coletivos feministas, conforme observações de Hooks (2018).

Em consonância com Anderson (2007 apud Cardoso, 2007), a narração não se reduz à simples reconstituição histórica, mas atua como dispositivo de co-construção de significado. Já Walter Benjamin (2001, p. 37) alerta que “o narrador detém em si o acúmulo de experiência, e transmite uma experiência ao outro”.

Assim, as oralituras, termo ampliado por Martins (2003), aludem ao fenômeno sociocultural em que corpo, memória e escrita se entrelaçam, criando corpos-escrita que resistem ao apagamento epistemológico.

Por outro lado, Deleuze e Guattari (1995) propõem o conceito de devir-mulher, que permite vislumbrar trajetórias de fuga do binarismo de gênero e da subalternidade racial, materializando-se como ferramenta de re-significação da experiência cotidiana. Mediante essa análise, cabe ressaltar o aporte conceitual da interseccionalidade, defendido pelo feminismo negro e por autores como Djamila Ribeiro (2017), para compreender a simultaneidade de opressões de gênero, raça, classe e sexualidade.

Outrossim, Salisbury (2019) e Lopes (2014) corroboram essa visão ao apontar que a experiência das mulheres negras no Brasil não pode ser dissociada das práticas de cuidado comunitário, do preparo de alimentos e de saberes ancestrais transmitidos por gerações.

Ademais, Ricoeur (2012) oferece importante arcabouço para entender o entrelaçamento entre tempo e narrativa, mostrando como as experiências subjetivas se reescrevem dia após dia, projetando-se no futuro e reaparecendo no presente, tensionando as noções de passado e de vir-a-ser.

Em contrapartida, pesquisas como Gregori (1989) e Fonseca e Lucas (2006) descrevem as consequências psicológicas e sociais da violência doméstica, apontando lacunas na abordagem tradicional, que muitas vezes invisibiliza o recorte racial.

Já Bianchini, Bazzo e Chakian (2022) enfatizam que a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e a Lei do Feminicídio (Brasil, 2015) necessitam incorporar políticas específicas para mulheres negras, sob pena de reforçar desigualdades estruturais.

Nesse sentido, a articulação entre epistemologias feministas negras e políticas públicas emerge como caminho para o reconhecimento pleno dos saberes e práticas de resistência dessas mulheres, tornando-se um instrumento de emancipação e promoção de direitos humanos.

As narrativas e experiências achadas na pesquisa bibliográfica revelaram saberes ancestrais compartilhados em grupos de criança e no preparo coletivo de alimentos típicos afro-brasileiros, configurando práticas de cuidado que, segundo Nilma Lino Gomes (2019), constituem epistemologias de resistência.

Mediante essa análise, observou-se que o sentar-se em colchonetes e almofadas, descrito em cena semelhante ao encontro de junho de 2017, tornase rito de passagem, como destaca Martins (2003), para dar visibilidade ao corpo-escrita, palavra que sintetiza vivências de discriminação e de afeto comunitário. Essas narrativas estão carregadas de metáforas, como “meu tesouro é meu corpo” (Participante, 62 anos), que explicitam processos subjetivos de ressignificação.

Em contrapartida, relatos sobre tipos de violência — física, psicológica, patrimonial e sexual — foram apontados de forma interligada, confirmando o recorte interseccional de Davis (2018).

Uma mulher relatou ter sido impedida de trabalhar, configurando violência patrimonial, enquanto outra mencionou insultos racistas recorrentes: “negra macaca” e “cabelo duro”, ecoando a erotização colonial descrita por Carneiro (2003).

Essas palavras refletem a naturalização de discursos racistas e sexistas, corroborados por Gonzales (1983), que perpassam instituições públicas e privadas, determinando papéis sociais, conforme Carvalho et al. (2016).

Outra dimensão emergente refere-se ao fortalecimento pela participação em coletivos de mulheres negras, nos quais houve reconstrução de autoestima e empoderamento político.

Isso se aproxima da ideia de “movimento negro educador” de Gomes (2019), revelando que saberes adquiridos em espaços não formais potencializam denúncias e encaminhamentos às redes de proteção, como a Patrulha Maria da Penha. Esse processo de empoderamento ressoa o conceito de devir-mulher de Deleuze e Guattari (1995), evidenciando trajetórias de ruptura com ciclos de violência.

Ademais, as narrativas sobre estratégias de enfrentamento apontam para práticas de articulação com órgãos públicos, uso de rede de solidariedade e utilização de redes sociais como ferramenta de denúncia coletiva. Pinto e Amazonas (2006, p. 34) afirmam que a visibilidade social da mulher contemporânea desafia modelos subservientes, o que se materializa no uso da internet para expor condutas violentas e mobilizar apoio.

Nesse contexto, a produção de narrativas orais se apresenta como importante tecnologia de resistência, conforme Costa (2015) e Cardoso (2007), possibilitando que a voz de cada mulher seja ouvida e reconhecida.



4 CONCLUSÃO

Em vista do exposto, conclui-se que as narrativas de mulheres negras vítimas de violência doméstica no norte e nordeste Brasileiro revelam um rico leque de saberes, vivências e experiências fundamentadas em saberes não escolares, práticas de cuidado comunitário e oralituras.

Esses elementos, acompanhados por processos de ressignificação do corpo-escrita, conformam estratégias de resistência que vão além das abordagens institucionais tradicionais.

Nesse sentido, evidencia-se a importância de políticas públicas alinhadas às epistemologias feministas negras, conforme sugerido por Bianchini, Bazzo e Chakian (2022), para promover ações eficazes de enfrentamento à violência de gênero e raça. Além disso, a articulação de saberes ancestrais e experiências cotidianas mostra que a educação não formal desempenha papel vital na construção de atitude e conduta de enfrentamento (Pedreño, 2017; Trilla, 2011).

Observou-se também que, mesmo diante de discursos hegemônicos de subjugação racial e de gênero, as mulheres negras dispõem de repertórios de resistência que se manifestam por meio de narrativas coletivas e individuais, atuando como dispositivos de empoderamento e de denúncia.

Não obstante, os resultados reforçam a necessidade de reflexão crítica sobre as lacunas das leis vigentes, como a Maria da Penha (Brasil, 2006) e a Lei do Feminicídio (Brasil, 2015), que necessitam incorporar recortes raciais em suas estratégias de prevenção e proteção.

Sob essa perspectiva, políticas de fortalecimento do SUS, de atendimento psicossocial e de inclusão dos saberes das mulheres negras devem ser priorizadas, tal qual defendem Davis (2018) e Ribeiro (2017).

Por fim, apontam-se como limitações deste estudo a ausência de entrevistas estruturadas e a necessidade de aprofundamento em ações concretas de redes de apoio. Recomenda-se, portanto, novos estudos empíricos que integrem metodologias participativas, pesquisa-ação e avaliação de programas públicos. Ao mesmo tempo, reforça-se a relevância de incorporar a voz de mulheres negras em todos os níveis de formulação de políticas públicas, garantindo que seus relatos e saberes alimentem práticas de enfrentamento à violência doméstica de forma integral e interseccional.



REFERÊNCIAS

ADORNO, T. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA (AMCV). Disponível em: <https://www.amcv.org.pt/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 13, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BASTOS, C. L; KELLER, V. Aprendendo a aprender. Petrópolis: Vozes, 1995.

BANDEIRA, L. M. Feminicídio Como Violência Política. Texto apresentado na Procuradora da Mulher do Senado Federal. Encontro Pauta Feminina, edição de 16 de fevereiro de 2017.

BENJAMIN, W. O narrador. In: Obras Escolhidas. v. 3. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 21-60.

BIANCHINI, A.; BAZZO, M.; CHAKIAN, S. Crimes contra mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais e Feminicídio. 4. ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre medidas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal para tipificar o crime de feminicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CARDOSO, V. Z. Narrar o mundo: estórias do “povo da rua” e a narração do imprevisível. Mana, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 45-62, out. 2007.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2. ed. São Paulo: Geledés, 2011.

CRESWELL, J. W. (2007). Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches. 2. ed. Thousand Oaks: Sage.

DAVIS, A. Y. Mulher, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2018.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

GONZÁLES, L. O racismo e o sexismo na cultura brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

GUINDANI, O. M., SÁ-SILVA, N., ALMEIDA, C. (2009). Análise documental: procedimentos e técnicas. São Paulo: Mercado de Letras.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de Pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 1991.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MARTINS, L. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, n. 26, p. 113-130, 2003.

RICOEUR, P. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. Belo Horizonte: Kriterion, 2012.

SILVA, Cristian Kiefer da; SEABRA, Débora Totini; SOARES JÚNIOR, Luiz Antônio. Feminismo. Violência e Poder: Uma Análise Histórico-Jurídica da Trajetória e dos Documentos que Culminaram na Lei Maria da Penha e no Feminicídio. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, v. 11, n. 3, fev. 2017.

SPANIOL, M.; GRSOSSI, P.K. Análise da Implantação das Patrulhas Maria da Penha nos Territórios da Paz em Porto Alegre: avanços e desafios. Textos & Contextos 2014.

TRILLA, J. N. Educação não formal: uma introdução à educação permanente. Brasília: Liber Livroz, 2011.